

Fernando Molica

O falso brilhante da crase

Em 1955, o poeta Ferreira Gullar criou um aforismo que se tornaria célebre: “A crase não foi feita para humilhar ninguém”, uma brincadeira com as dificuldades existentes no uso correto do acento grave, sinal indicativo da contração da preposição “a” com o artigo definido feminino “a”.

Aquele sinalzinho agudo ao contrário que quebra a cabeça de muita gente não passa de uma representação gráfica que substitui, na introdução de palavras femininas, o mais do que banal “ao”, fruto da mesma contração. Ao invés de irmos “a o” estádio, vamos ao dito cujo. Da mesma forma que vamos não “a a” arena, mas à arena.

Simples, né? Nem tanto. Ao longo do tempo, o sinalzinho passou a representar uma dificuldade no uso normativo da língua portuguesa escrita. Na hora de falar, nenhum problema — o tracinho que se impõe da esquerda para a direita ocupa com tranquilidade seu lugar quando alguém manda o outro àquele lugar (o que designa matéria fecal) ou procura, de maneira preconceituosa, ressaltar o passado de sua genitora. Nos dois casos, o sinal indicativo de crase é falado na hora do “Vá à...”.

O problema é na hora de escrever.

Como quase tudo que se faz de besta, a crase ganhou o sinônimo de nobreza, de indicativo de bem escrever. Utilizá-la passou a ser visto como sinal de conhecimento dos mistérios da língua; exibí-la virou um indicativo de saber. Numa sociedade tão desigual, hierarquizada e excludente, muita gente passou a encarar no uso da crase algo semelhante à necessidade de usar a taça correta para determinado tipo de vinho ou saber a ordem certa dos talheres.

Espalhar umas crases num texto ou numa reles placa de trânsito começou a ser encarado como passear de Porsche conversível ou andar de braços dados com a pessoa mais desejada da rua. A crase ganhou papel de indicativo de riqueza, tão cafona como os exemplos listados no divertido e assustador “Coisa de rico: A vida dos endinheirados brasileiros”, livro de Michel Alcoforado.

É como se espalhar crases por aí fosse como comprar jatinhos, exigir mesa exclusiva em spas caríssimos, disputar o tamanho de barcos de lazer. O importante seria “fingir costume” com o uso da crase — para usar uma expressão citada no livro, repetida por ricos para o pesquisador que tinha dificuldade de se mover naquele universo.

E, aí, como a breguice de bilionários que querem exibir seus Rolex, tome de “à prazo”, “à partir de hoje”, “curva perigosa à 100 metros” — sentenças que complicam a segurança do crediário, do calendário e das estradas. Línguas são feitas para permitir a comunicação, a gramática normativa não pode ser usada como instrumento de poder, de ponha-se no seu lugar. Não pode indicar caminhos errados.

Com exceção dos profissionais que vivem da escrita, ninguém é obrigado a acertar a colocação de crases ou de acentos, de — valha-me “Vocabulário ortográfico da língua portuguesa”, da ABL — hífen.

Melhor errar pela omissão, agir de maneira minimalista. Vale mais deixar de colocar uma crase duvidosa do que tascar um tracinho que ficará sobre o “a” tão feio e desconfortável quanto um par de chuteiras nos pés de quem veste terno, caricatural como coroa de rei feita de papel laminado.

Na dúvida, vale seguir o aforismo do poeta e não se render à tentação do uso indiscriminado do sinalzinho — ignorar o autoritarismo da crase é também um jeito de dizer que quem manda no texto é quem o escreve.

Sérgio Cabral*

A ventania e o caos em São Paulo. A culpa é da árvore?

Dois temas já abordados aqui nesse espaço foram assuntos destacados da semana nos noticiários.

O avanço das forças armadas dos Estados Unidos sobre a Venezuela foi tratado aqui no último artigo. Afirmar que Donald Trump deseja, na verdade, é tomar o país e explorar a maior reserva de petróleo do mundo. A semana que passou deu sinais de que a invasão é iminente.

O outro tema abordado aqui, exatamente há um ano, foi sobre a dificuldade do ir e vir nas calçadas das grandes e médias cidades do Brasil. São Paulo se tornou um caos para a sua população nessa semana, e ainda não acabou! Os ventos fortes e as chuvas derrubaram diversas árvores, galhos e postes nas ruas da cidade.

A energia em grande parte da cidade de São Paulo foi cortada. Basicamente pelo fato da fiação ser aérea. A queda de uma árvore, de um poste ou de galhos pesados derrubam a transmissão de energia, geram risco de incêndio e causam pânico na população.

Há um ano, no artigo sobre esse tema, destaquei a necessidade de que os três níveis de governo, juntos com as concessionárias de energia, telefonia e internet, devam se somar em investimentos que tirem todas as fiações aéreas e as aterrem debaixo das ruas e calçadas, como em diversas cidades do mundo. A tubulação subterrânea é o caminho civilizatório. Ela é de 8 a 10 vezes o custo da fiação aérea. Entretanto, é solução definitiva. Quanto tem custado para o poder público e para as concessionárias a recuperação e a manutenção do sistema de fiação aérea? O prejuízo que os moradores da cidade de São Paulo sofreram, na semana passada, foi gigantesco. Nas suas casas, nos negócios, no ir e vir da metrópole. Um verdadeiro caos! Calculam em bilhões o prejuízo à vida econômica de São Paulo.

Há diversas modelagens e experiências de parcerias público-

privadas que os governos, nos três níveis, junto com as concessionárias e o apoio dos bancos de financiamento, podem construir a arquitetura econômico-financeira e sairmos desse vergonhoso arranjo urbano de uma floresta de fios e postes que geram problemas sérios à coletividade. E o mais irônico: a culpa é da árvore! Pobre árvore que está ali para nos dar sombra e realizar a fotossíntese.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Tales Faria

Centrão usa Hugo Motta como um boi de piranha

O centrão concluiu que a proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é tóxica, mas que ainda precisa do bolsonarismo. A solução foi escolher um boi de piranha que ajude na travessia dos partidos de centro-direita pelo radicalismo conservador do bolsonarismo para, depois, ser descartado.

Os bois de piranhas são muito usados no Pantanal e na Amazônia quando rebanhos precisam atravessar rios infestados de peixes carnívoros. Um boi é lançado às águas e atacado pelas piranhas que, distraídas e alimentadas, acabam permitindo que os demais animais atravessem o rio.

Já foi escolhido e lançado nas águas infestadas pelo bolsonarismo o boi de piranha do centrão: trata-se do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Motta tem colocado em pauta todas as matérias fruto de acordo entre o centrão e Bolsonaro, atraindo para si todas as críticas.

Neste domingo, 14, as ruas de várias cidades do país foram tomadas por manifestações contra o projeto de dimi-

nuição das penas dos condenados por tentativa de golpe de estado.

O alvo anunciado era a quase-anistia a Bolsonaro embutida no projeto de nova dosimetria das penas, o que permitirá ao ex-presidente conquistar o regime semiaberto após meros dois anos e meio na cela. Ele poderá juntar isso a outras regalias por fragilidade de saúde, como a prisão domiciliar, permitindo liberar-se logo, logo da prisão.

As manifestações acabaram se ampliando para, além de Bolsonaro, também contra o Congresso, especialmente a Câmara e seu presidente. Foram entoados bordões e empunhadas faixas com dizeres que deixam o presidente da Câmara irritado, tais como “Fora Hugo Motta”, “Hugo Nem se Importa” e “Congresso inimigo do povo”. Nos carros de som, apresentadores pediam a renúncia do presidente da Câmara como solução para a crise do Parlamento.

Hugo passou a manhã reunido na Residência Oficial com a equipe jurídica da Câmara. Estudavam medidas que poderia tomar contra os ataques

que vem sofrendo e, também, que tipo de reação poderia ter contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou nula a decisão da Câmara de manter o mandato parlamentar da deputada Carla Zambelli (PL-SP), presa na Itália.

O Supremo havia determinado que a Câmara cassasse o mandato. Bastava uma canetada de Hugo Motta aceitando a decisão, como outros presidentes da Câmara já o fizeram. Mas ele resolveu colocar em votação a decisão do Supremo. Gerou uma crise institucional da qual agora tenta se livrar.

A crise é agravada pela falta de autoridade do presidente da Câmara junto a seus pares. Na sessão em que absolveu Zambelli, o plenário não cassou o mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). O ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) considerava essa uma questão de honra. Guru e padrinho da eleição de Motta ao comando da Casa, Lira classificou a atual situação da Câmara como “uma esculhambação”, isolando mais ainda Hugo Motta.